

**O DEBATE SOBRE AS DIREITAS À LUZ DA ATUAÇÃO
POLÍTICA DA GRANDE IMPRENSA NA NOVA REPÚBLICA**

**THE DEBATE ON RIGHTS IN THE LIGHT OF POLITICAL
ACTION OF THE GREAT PRESS IN THE NEW REPUBLIC**

**EL DEBATE SOBRE LOS DERECHOS A LA LUZ DE LA
ACTUACIÓN POLÍTICA DE LA GRAN IMPRENSA EN LA
NUEVA REPÚBLICA**

*Fabricio Ferreira*¹

Resumo

Nesse artigo examino a atuação política dos jornais *Folha de S. Paulo* e *O Globo* na Nova República, com o propósito de 1) identificar aspectos centrais do projeto político defendido pelos periódicos; e 2) sua contribuição para a afirmação do neoliberalismo no Brasil (c.1987-2002). Partindo de uma revisão bibliográfica e da análise de editoriais publicados pelos diários no ano de 1994, discuto a possibilidade de tomá-los como expoentes da direita, em um contexto de projeção do neoliberalismo, viabilizado pela eleição de Fernando Henrique Cardoso.

Palavras-chave: Jornais; neoliberalismo; direita.

Abstract

In this article I examine the political performance of the *Folha de S. Paulo* and *O Globo* newspapers in the New Republic, with the purpose of 1) identifying central aspects of the political project defended by the periodicals; and 2) its contribution to the affirmation of neoliberalism in Brazil (c.1987-2002). Based on a bibliographical review and the analysis of editorials published by the journals in 1994, I discuss the possibility of taking them as exponents of the right, in a context of projection of neoliberalism, made possible by the election of Fernando Henrique Cardoso.

Keywords: Newspapers; neoliberalism; right.

Resumen

En este artículo examino el desempeño político de los periódicos *Folha de S. Paulo* y *O Globo* en la Nueva República, con el propósito de 1) identificar aspectos centrales del proyecto político defendido por las publicaciones periódicas; y 2) su contribución a la afirmación del neoliberalismo en Brasil (c.1987-2002). Basándome en una revisión bibliográfica y el análisis de los editoriales publicados por las revistas en 1994, discuto la posibilidad de tomarlos como

¹ Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal Fluminense (UFF).

exponentes de la derecha, en un contexto de proyección del neoliberalismo, posible gracias a la elección de Fernando Henrique Cardoso.

Palabras clave: Periódicos; neoliberalismo; derecha.

Introdução

Nos últimos anos, tomou vulto no Brasil o debate sobre as direitas. Pesquisadores se debruçam sobre o tema com o objetivo de compreender o que é ser de direita, quais são suas raízes ideológicas, em quais espaços atuam, como buscam financiamento etc.

A imprensa se coloca como um objeto valioso de investigação das direitas, sendo um espaço privilegiado de divulgação de ideias e construção de consensos. Jornais de grande circulação possibilitam publicizar e universalizar determinadas opiniões, as quais de outro modo teriam dificuldades de atingir públicos mais amplos. Além disso, os próprios jornais atuam política e ideologicamente (FONSECA, 2010), em uma linha tênue entre o público e o privado (CAPELATO, 2015).

Nesse artigo, examino a atuação política dos jornais *Folha de S. Paulo* e *O Globo* na Nova República, tentando: 1) identificar aspectos centrais do projeto político defendido pelos periódicos mencionados; e 2) sua contribuição para a afirmação do neoliberalismo no Brasil (c.1987-2002). Partindo de uma revisão bibliográfica e da análise de editoriais publicados pelos diários citados ao longo do ano de 1994, pretendo discutir, ainda, a possibilidade de tomá-los na qualidade de expoentes da direita neoliberal, entendida aqui, entre outros aspectos, como uma direção política afinada com a defesa da eficiência administrativa do Estado e a desregulamentação do mercado.

Para tanto, faço uma breve revisão do debate sobre as direitas, vinculando-o à questão do neoliberalismo.² Traço um panorama histórico da atuação política da *Folha de S. Paulo* e d'*O Globo*, buscando identificar suas conexões com as direitas. Em seguida, discuto a atuação desses jornais durante a nova República (c.1987-2002),³

² Para fins analíticos, reconheço como neoliberalismo uma doutrina política e econômica que preconiza a construção de uma institucionalidade “[...] caracterizada por sólidos direitos a propriedade privada, livres mercados e livre comércio” (HARVEY, 2008, p. 12) como molas propulsoras do desenvolvimento.

³ Embora a Nova República possa ter seu início identificado anteriormente, em 1985, e ainda esteja em curso, delimito o recorte de 1987-2002 por compreender que este foi um período muito marcante do

particularmente seu esforço de divulgação e universalização do projeto político neoliberal. Por fim, exponho evidências empíricas desse projeto ao analisar editoriais publicados por ambos os diários ao longo do ano de 1994, momento de afirmação do neoliberalismo no Brasil, a partir da eleição de um presidente a ele vinculado: Fernando Henrique Cardoso. Costurando todo esse percurso, argumento que tanto a *Folha* quanto *O Globo* assumiram certo protagonismo na direita neoliberal brasileira, opondo-se sistematicamente às principais lideranças e aos projetos políticos à esquerda.

O debate sobre as direitas e o neoliberalismo

O que é ser de direita? Com quais ideologias as direitas se identificam? Em quais espaços os atores direitistas atuam e valendo-se de quais conexões? Quais são suas fontes de financiamento? Buscando responder tais questões, diversos estudos têm sido realizados no Brasil e nas Américas, fato que permitiu revitalizar e sistematizar o debate sobre as direitas na região.

Em muitos casos, tem sido ressaltada a participação das direitas nos processos de transição político-institucional da década de 1980, bem como seu vínculo com o regime democrático. Alguns analistas consideram que as direitas, no plural, apresentaram um vínculo apenas instrumental com a democracia, afinando-se à manutenção do *status quo*, ao controle sobre os movimentos populares (BORON, 2010) e ao neoliberalismo (HINKELAMMERT, 1988). No Brasil, em particular, argumenta-se que a defesa da economia de mercado serviu como plataforma de unificação das direitas nos momentos iniciais da Nova República (MAINWARING; MENEGUELLO; POWER, 2000). Desassociando sua imagem da ditadura militar, a “direita envergonhada” passou a associar a liberalização econômica à liberdade política e à democracia.

Em uma espécie de batalha das ideias, as direitas se organizaram através de *think tanks*⁴ dedicados a divulgar a doutrina neoliberal (FISHER; PLEHWE, 2013). Nos discursos desses organismos, medidas como desregulamentação econômica (onde se incluem aspectos trabalhistas, comerciais, tributários etc.), privatização, fomento à

ponto de vista da ação política dos jornais da grande imprensa carioca e paulista, os quais adotaram, em ritmo semelhante, a agenda neoliberal.

⁴ *Think tanks* são “[...] instituições permanentes de pesquisa e análise de políticas públicas que atuam a partir da sociedade civil, procurando informar e influenciar tanto as instâncias governamentais como a opinião pública no que tange à adoção de determinadas políticas públicas” (ROCHA, 2015, p. 262).

iniciativa privada e à competitividade e quebra de monopólios estatais passaram a ser tomadas, em conjunto, como pré-condições do ingresso de qualquer país na modernidade. Ao contrário, a ênfase na intervenção direta do Estado na economia foi tida por esses atores como prejudicial ao desenvolvimento.

Na grande imprensa⁵ difundiu-se certa caracterização do Estado que serviu à afirmação do neoliberalismo no Brasil. Patrimonialista, corporativista, ineficiente, corrupto, entre outros adjetivos pejorativos passaram a ser sistematicamente utilizados para definir a “natureza” do setor público brasileiro. Ao contrário, defendeu-se à direita uma suposta superioridade ética do mercado, atrelando-se a iniciativa privada à eficiência, competência, racionalidade econômica e administrativa e ao incremento do atendimento das satisfações materiais da sociedade.

Não raro, os projetos à esquerda foram reduzidos a manifestações anacrônicas e irrealistas, marcados por viés ideológico. “Ideologia”, nesse discurso, era sinônimo de distorção da realidade,⁶ geralmente associada à esquerda. Entretanto, argumentava-se que defender a liberalização econômica, a atração de capital estrangeiro, a privatização, entre outras medidas previstas na agenda neoliberal, era sinal de conhecimento da realidade e dos fatos empíricos. A direita neoliberal qualificava como ideológicas apenas as propostas de seus adversários, sendo as suas demandas, diferentemente, produto da avaliação correta de uma série de tendências internacionais.

A *Folha de S. Paulo* e *O Globo* ajudaram a divulgar e universalizar tais ideias, por meio de seus editoriais, noticiários e artigos de opinião. Tentaram naturalizar a associação do estatismo ao arcaísmo e o livre mercado à modernidade, agindo, portanto, ideologicamente. Assim, retomava-se ideias e valores defendidos por tais periódicos no passado, o que denota certa permanência em seus posicionamentos ao longo do tempo.

Os jornais *Folha de S. Paulo* e *O Globo* e suas conexões com as direitas

⁵ Por grande imprensa, tomo os veículos de comunicação (emissoras de televisão, jornais, rádio e revistas) caracterizados por sua ampla circulação e estrutura empresarial (CAPELATO, 2015), salvo as especificidades de cada tipo de mídia.

⁶ Embora o próprio marxismo tenha interpretado a ideologia como distorção da realidade, as definições mais recentes abrangem um leque maior de conceituações, que consideram a ideologia como: 1) “produção de significados, signos e valores na vida social”; 2) “um corpo de ideias característico de um determinado grupo ou classe social”; 3) “pensamento de identidade”; 4) “conjunto de crenças orientadas para a ação”, entre outros sentidos (EAGLETON, 1997, p. 15-16). O que permanece como fundamental, no entanto, é a perspectiva analítica segundo a qual ideologia se refere ao poder, não implicando necessariamente, a meu ver, em distorção da realidade ou reprodução de relações de poder dominantes.

A *Folha de S. Paulo*, de propriedade do Grupo Folha (família Frias), e *O Globo*, do Grupo Globo (família Marinho), são jornais típicos da grande imprensa do eixo Rio-São Paulo. Trata-se de veículos de grande circulação, os quais se situam entre os cinco maiores periódicos do Brasil durante o período 2002-2015, segundo dados recolhidos pela Associação Nacional de Jornais (ANJ).⁷ Além disso, são jornais de tradição, cuja trajetória se confunde com a própria história do Brasil republicano.

A *Folha* resulta da conjunção de três jornais criados por iniciativa de Olívio Olavo de Olival Costa entre os anos de 1921 e 1925: a *Folha da Noite*, a *Folha da Tarde* e a *Folha da Manhã* (COHN; HIRANO; MONTALVÃO, 2001). *O Globo* foi lançado em 1925 por Irineu Marinho, que logo depois veio a falecer. Após um breve período sob a direção de Euricles de Matos, ex-secretário do *Globo*, o jornal passou a ser comandado por Roberto Marinho, filho de Irineu (MONTALVÃO; LEAL, 2001).

Os diários mencionados vivenciaram os fatos mais marcantes de nossa história recente. Em seus documentos oficiais, tanto a *Folha de S. Paulo* quanto *O Globo* costumam apresentar-se como veículos independentes, apartidários, dedicados à defesa da democracia e formadores de opinião.⁸ Com consumo significativo entre as classes médias e as autoridades, eles buscaram mobilizar a sociedade em momentos distintos da história política nacional e regional, buscando conexões, muitas das vezes, com as direitas.

Para Fernando Azevedo (2017), a *Folha* e *O Globo* historicamente se posicionaram contra governos reformistas, seja em relação aos getulistas, aos janguistas ou, mais recentemente, aos petistas. Foi assim que os periódicos citados fizeram oposição ao segundo governo Getúlio Vargas (1951-1954) e conspiraram contra João Goulart (1961-1964), demandando e sustentando o golpe liderado pelos militares em 1964 para, na interpretação de seus defensores, salvar a democracia do comunismo.

No caso do jornal carioca, em particular, Jaime Baron (2015) demonstrou que Roberto Marinho fez de seu diário um instrumento de intervenção sistemática do debate público, promovendo críticas frequentes contra as lideranças nacional-desenvolvimentistas. Ariel Goldstein (2015) apontou aspectos semelhantes, comparando

⁷ Disponível em: <<http://www.anj.org.br/maiores-jornais-do-brasil/>>. Acesso em: 12 ago. 2018.

⁸ Cf. Princípios Editoriais do Grupo Folha e Princípios Editoriais do Grupo Globo, documentos disponíveis respectivamente em: <<https://temas.folha.uol.com.br/projeto-editorial-da-folha/projeto-editorial-2017/introducao.shtml>>; e <<http://g1.globo.com/principios-editoriais-do-grupo-globo.pdf>>. Acesso em: 13 ago. 2018.

a atuação política do *Globo* entre o segundo governo Vargas e o primeiro governo Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2006). Em ambas as oportunidades, *O Globo* buscou pautar as questões políticas por meio do parâmetro moral, dividindo simbolicamente o campo político entre honestos e corruptos. Nesse sentido, em detrimento da discussão relativa a projetos substanciais, o jornal de Marinho contribuiu para a naturalização da ordem social brasileira, rechaçando as propostas de reforma estruturais.

A *Folha de S. Paulo* e *O Globo* cobraram a iniciativa militar em 1964, pretendendo defender a liberdade e a ordem contra as investidas da esquerda sobre o governo. Sustentaram os expurgos dos elementos “subversivos” das instituições político-administrativas e as repressões direcionadas a indivíduos supostamente ameaçadores da nova ordem política (MOTTA, 2013). Embora os diários mencionados tenham adotado caminhos distintos – já que *O Globo* ofereceu apoio permanente à ditadura militar e a *Folha* acabou se distanciando de sua base de legitimidade –, ambos se alinharam às direitas, obstaculizando propostas de reforma social e a possibilidade de uma ampliação significativa da participação política, com o reconhecimento do direito de voto aos analfabetos – cerca da metade da população brasileira na década de 1960.

Durante a abertura política e frente a demandas de restabelecimento da eleição direta para a Presidência da República (movimento Diretas Já), a *Folha* reafirmou seu distanciamento com o regime militar, apoiando as manifestações de rua. Ao contrário, *O Globo* manteve seu discurso governista, argumentando que o calendário da transição deveria ser preservado de quaisquer pressões da sociedade. Enquanto a *Folha* advogou a participação política direita, *O Globo* tentou legitimar a iniciativa militar (MUNIZ, 2010), interpretando que o país deveria manter preservada a ordem encaminhada com a “Revolução de 64” (MARINHO, Julgamento da Revolução, *O Globo*, 7 out. 1984, p. 1).

Seja como for, a narrativa desses jornais convergiu para uma mesma direção: a recusa do estatismo em prol de um projeto de liberalização econômica. Com o fim da Guerra Fria e o descrédito do socialismo, aparentemente havia uma tendência internacional no sentido da redução da ingerência estatal sobre a economia e da autorregulamentação do mercado. Assim, a *Folha de S. Paulo* e *O Globo* passaram a sistematizar aspectos do neoliberalismo em seus editoriais, defendendo abertamente uma reversão à economia de mercado como orientação desenvolvimentista.

A atuação político-ideológica da *Folha* e do *Globo* na Nova República

Em meio aos debates da Constituinte (1987-1988), que envolviam a promulgação de uma nova carta constitucional no Brasil, os diários da família Frias e da família Marinho se alinharam a outros segmentos sociais que repudiavam o reconhecimento de novos direitos sociais. De acordo com Francisco Fonseca,

[...] alguns dos direitos sociais propostos, tais como a diminuição da jornada de trabalho, a ampliação da licença-maternidade, a licença-paternidade, o aumento do valor da hora extra, entre outros, foram vistos como: *i) catastróficos à produção*, pois desestimulariam o capital a investir, aumentando o desemprego e produzindo o resultado *oposto* do que se desejava (tese da perversidade); *ii) inócuos*, pois não seriam respeitados pelo ‘mundo real’ da economia, logo uma medida *estéril* (tese da futilidade); e *iii) ameaçadores dos direitos anteriormente conquistados*, caso do mercado formal de trabalho, que poderia diminuir (tese da ameaça) (FONSECA, 2010, p. 23).

Atacando tais propostas que possibilitavam o atendimento dos interesses e das necessidades de parcelas majoritárias da sociedade brasileira, a *Folha de S. Paulo* e *O Globo* demonstravam sua perspectiva patronal, bem como indicavam o capitalismo liberal como a única via de desenvolvimento (FONSECA, 2003, 2005, 2010).

Nas eleições presidenciais de 1989, a *Folha* não tornou pública qualquer preferência relativa às candidaturas, mas *O Globo* explicitou sua aderência ao programa de governo de Fernando Collor de Mello (ARÊAS, 2012), político alagoano que se tornou o primeiro presidente civil eleito na Nova República. Ao explicitar uma agenda de reformas, buscando reduzir o tamanho do Estado e iniciar um amplo programa de privatizações, Collor conseguiu unificar as direitas em torno de sua candidatura.

A partir desse momento, os jornais operaram uma espécie de guinada ao neoliberalismo, defendendo com mais veemência a abertura comercial, as privatizações, a quebra do monopólio da Petrobras etc. Em sintonia, os diários pressionaram as autoridades em relação à necessidade de execução das reformas neoliberalizantes. Após a saída de Collor da Presidência da República, em 1992, os Grupos Folha e Globo cobraram o governo Itamar Franco (1992-1994) para que preservasse a agenda de reformas iniciadas por Collor, ampliando, por exemplo, o programa de privatizações. Argumentava-se, nesse momento, que a queda de Collor, por motivo de uso indevido da máquina pública, deveria ser separada da agenda neoliberal (FONSECA, 2004, 2005).

Durante a década de 1990, ambos os jornais se empenharam na sistematização de um projeto político neoliberal, para o qual convergiram as forças de centro-direita do sistema partidário. Estudos realizados por João Braga Arêas (2012) e Rodrigo Carvalho (2006) evidenciaram uma série de esforços nesse sentido. *O Globo*, em particular, engajou-se em uma batalha de ideias contra as esquerdas na defesa da hegemonia neoliberal. Segundo Arêas (2012), o jornal da família Marinho contribuiu de maneira significativa para unificar a classe dominante em torno da execução de reformas neoliberalizantes, impondo, para tanto, uma subordinação das classes mais pobres a esse projeto que fora iniciado por Collor (1990-1992) e retomado por Fernando Henrique Cardoso, FHC (1995-2002). Durante o governo do líder do Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), a *Folha* e *O Globo* ofereceram uma expressiva sustentação política, de maneira que as medidas adotadas pelo governo FHC convergiam com as ideias e os valores apregoados pelo Grupo Folha e pelo Grupo Globo, servindo, ainda, a seus interesses empresariais (CARVALHO, 2006). Nesse sentido, seus editoriais se apresentaram como um espaço importante na divulgação de ideias, com a tentativa sistemática de subtrair a legitimidade de projetos esquerdistas.

Evidências empíricas: a política nos editoriais, 1994

Em outro trabalho (FERREIRA, 2018), afirmei que o projeto político defendido pelas famílias Frias e Marinho em 1994 enfatizava o mercado como esfera de gestão das relações econômica, aspecto que resultava na sobrevalorização do indivíduo consumidor de mercadorias, em detrimento da discussão sobre a cidadania. O projeto em questão caracterizava-se pela orientação direitista neoliberal, uma vez que preconizava a propriedade privada e a economia de livre mercado como os principais alicerces da ordem social, percebendo a possibilidade de redução das desigualdades como um fenômeno suplementar, resultante “natural” da estabilização econômica.

A análise dos editoriais demonstra que a *Folha de S. Paulo* e *O Globo* tomaram a estabilização como uma condição indispensável do desenvolvimento econômico. Apesar da diferença de entonação (com a *Folha* sendo mais cética do que *O Globo*), ambos os jornais ofereceram apoio à execução do Plano Real, considerado peça-chave no combate à inflação e motor da candidatura tucana. Sem essa iniciativa, o governo

não conseguiria atrair investimentos estrangeiros e tornar a economia brasileira mais competitiva (*Folha de S. Paulo*, Estabilizar para competir, 10 set. 1994, p. 2).

A *Folha* propunha que o combate à inflação e a estabilização de preços ensejariam uma redistribuição de renda no país, expressa no aumento do poder de consumo da população. Embora afirmasse que a estabilização não resolvia o problema por completo (*Folha de S. Paulo*, Vai ajudar? 25 jun. 1994, p. 2), é possível afirmar que a redistribuição de renda não aparecia como uma prioridade na perspectiva desse periódico, mas sim como um complemento – ainda que importante – da estabilização e da liberalização econômica. Primeiro seria necessário equilibrar o orçamento público, só depois se resolveriam as disparidades sociais. Se “é certo que crescimento econômico e inflação baixa não garantem automaticamente distribuição de renda mais justa”, argumentou a *Folha de S. Paulo*, também é verdade que a alta da inflação promove mais injustiça social (Injustiça garantida, 1º mai. 1994, p. 2).

O Globo também defendeu a estabilização como base do crescimento, associando o Plano Real à possibilidade de se realizar a redistribuição de renda no Brasil, portanto, de atender às demandas dos setores mais pobres da sociedade (*O Globo*, Dentro do figurino, 26 ago. 1994, p. 6; Precauções no caminho, 24 mai. 1994, p. 6). Assim como fez a *Folha de S. Paulo*, o diário carioca tratou das desigualdades e da injustiça social, posicionando-se, aparentemente, como defensor do combate à pobreza, mas colocando a questão como complemento e não enquanto uma prioridade. A discussão não foi aprofundada e o mercado permaneceu como instância protagonista da regulamentação econômica. Essa era uma das grandes virtudes do Plano Real, na avaliação desses periódicos, pois o Estado finalmente teria reconhecido a necessidade de limitar sua intervenção, deixando o mercado atuar com liberdade.

Em um de seus editoriais, *O Globo* vinculou a estabilização econômica ao aumento da concorrência no mercado brasileiro, e a expansão do consumo ao aumento do poder aquisitivo dos estratos mais baixos da sociedade. Antes de elogiar a autonomia do mercado e seus movimentos de autocorreção de preços, defendeu ainda que “GARANTIR a estabilização é fundamental para que recomecem os ciclos de investimento que aceleram o crescimento econômico e possibilitam melhor distribuição de renda” (*O Globo*, Dentro do figurino, 26 ago. 1994, p. 6).

Para a *Folha*, a promoção da iniciativa privada, a liberalização econômica, a abertura comercial, com a atração de capital estrangeiro, a privatização etc., não foram

vistas como elementos característicos de determinada ideologia, mas sim como questões práticas, as quais deveriam ser enfrentadas (positivamente) por quaisquer governantes. O cidadão, todavia, foi representado como consumidor de bens e serviços (*Folha de S. Paulo*, Sem utopia, 21 jun. 1994, p. 2), raramente como ator político.

Caberia ao Estado restringir o campo de sua atuação, concentrando-se na manutenção de serviços básicos, para os quais o setor privado não tivesse condições de atendimento; atendo-se às necessidades e à autonomia do mercado, buscando promover o funcionamento livre da economia para a satisfação das necessidades do consumidor (*Folha de S. Paulo*, Que país é este, 26 out. 1994, p. 2).

O Estado foi associado ao corporativismo e ao patrimonialismo, características históricas da experiência brasileira, segundo o periódico carioca. Na relação com a sociedade, ao invés de promover a livre iniciativa, o Estado tenderia a “formação de grupos de interesses”, uma tradição que o Grupo Globo aparentemente condena (*O Globo*, Medo pertinente, 30 jan. 1994, p. 6). O Estado brasileiro funcionaria “sem controle da sociedade”, criando obstáculos “à atividade produtiva”, mantendo “uma folha salarial totalmente distorcida no serviço público”, características de “um gigante mal-educado” que, além de “não prestar contas claras de seus gestos”, se tornou um empecilho ao desenvolvimento (*O Globo*, O que falta, 27 fev. 1994, p. 6).

Mesmo em se tratando de um período (1994) que incorporava o calendário eleitoral, não houve debate significativo nos editoriais no que tange à cidadania e à participação política, muito menos no que interessa à democracia. Em geral, a ordem política foi vista em posição subordinada a ordem econômica, com os interesses do empresariado sendo alçados a uma posição prioritária na agenda pública.

Considerações finais

Ao longo desse trabalho, busquei: 1) identificar aspectos centrais do projeto político defendido pela *Folha de S. Paulo* e *O Globo*; e 2) sua contribuição para a afirmação do neoliberalismo no Brasil (c.1987-2002). Partindo de uma revisão bibliográfica e da análise de editoriais publicados pelos diários citados ao longo do ano de 1994, aponte a possibilidade de tomá-los na qualidade de expoentes da direita neoliberal.

Penso a *Folha de S. Paulo* e *O Globo* como jornais de direita por se dedicarem permanentemente a preservação da ordem social, econômica e política, bem como por sua relativa aceitação das desigualdades. Não quero dizer com isso que os periódicos defendem a desigualdade. Meu argumento é que, em comparação com as esquerdas, as direitas demonstram uma tolerância maior com a desigualdade e um apreço substancial pela manutenção da ordem. Evidências dessa tendência direitista podem ser encontradas na atuação política dos jornais em vários períodos, particularmente nos governos Goulart (1961-1964) e, mais recentemente, durante os governos petistas (2003-2016).

Ao investigar as batalhas políticas e ideológicas presenciadas pela *Folha de S. Paulo* e *O Globo*, podemos reconstruir tensões e conflitos de determinado período histórico, bem como as representações elaboradas sobre o mundo. As opiniões, ideias e valores defendidos pelos jornais não estão livres de constrangimentos; é preciso considerar que os veículos de comunicação são concessões públicas, portanto, guardam certa dependência em relação ao Estado. Além disso, os jornais se situam em determinado campo jornalístico (BOURDIEU, 1997), no qual estão sujeitos à concorrência com seus pares e às exigências do público leitor. Salvo esses aspectos, ainda podemos tomar os jornais como atores políticos, que influenciam e ao mesmo tempo são influenciados pelo sistema político (BORRAT, 1989). Ao retratar parte da realidade social em seus editoriais, entre outros espaços, os jornais tornam públicas determinadas concepções políticas, culturais, sociais, econômicas, em detrimento de outras perspectivas. Dão visibilidade a certos projetos políticos, enquanto silenciam alternativas potenciais. Em outras palavras, esses veículos participam ativamente dos processos que possibilitam agendar a política governamental e formar a opinião entre seus leitores. Por isso – e outras coisas mais –, os jornais são hoje reconhecidos como fontes, mas também como objetos de investigação.

Referências bibliográficas

AZEVEDO, Fernando Antônio. *A grande imprensa e o PT (1989-2014)*. São Carlos: Ed. UFSCar, 2017.

BARON, Jaime. *O jornal “O Globo” como porta-voz das posições políticas da família Marinho, ontem e hoje*. Tese (Doutorado em Sociologia Política), Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro, Campos dos Goytacazes, 2015.

BORON, Atilio A. ¿Qué debemos entender por “derecha”? In: PALAU, Marielle (coord.). *La ofensiva de las derechas en el Cono Sur*. Assunção: Base IS, 2010. p. 13-20.

BORRAT, Héctor. El periódico, actor del sistema político. *Análisis*, n. 12, p. 67-80, 1989.

BOURDIEU, Pierre. A influência do jornalismo. In: _____. *Sobre a televisão*. Trad. Maria Lúcia Machado. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997. p. 99-120.

CAPELATO, Maria Helena Rolim. A imprensa como fonte e objeto de estudo para o historiador. In: VILLAÇA, Mariana; PRADO, Maria Ligia C. (orgs.). *História das Américas: fontes e abordagens historiográficas*. São Paulo: Humanitas; Capes, 2015. p. 114-136.

COHN, Amélia; HIRANO, Sedi; MONTALVÃO, Sérgio. Verbete Folha de S. Paulo. In: ABREU, Alzira Alves de *et al.* *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro (1930-1995)*. 2. ed. Rio de Janeiro: CPDOC-FGV, 2001.

EAGLETON, Terry. *Ideologia: uma introdução*. Trad. Silvana Vieira, Luís Carlos Borges. São Paulo: Ed. Unesp; Boitempo, 1997.

FERREIRA, Fabrício. Uma análise preliminar acerca do viés ideológico do projeto político da Folha de S. Paulo e d'O Globo em 1994. *Temporalidades*, Belo Horizonte, ed. 26, v. 10, n. 1, p. 295-319, jan.-abr. 2018.

FISCHER, Karin; PLEHWE, Dieter. Redes de *think tanks* e intelectuales de derecha en América Latina. *Nueva Sociedad*, Buenos Aires, p. 70-86, may.-jun. 2013.

FONSECA, Francisco. O conservadorismo patronal da grande imprensa brasileira. *Opinião Pública*, Campinas, v. IX, n. 2, p. 73-92, out. 2003.

_____. *A Agenda da transformação: a grande imprensa e a hegemonia neoliberal no Brasil (o Governo Itamar Franco – 1993/1994 – e o refluxo da Agenda)*. FGV-EAESP/GVPESQUISA. Relatório de pesquisa n. 34, 2004.

_____. *O consenso forjado: a grande imprensa e a formação da agenda ultraliberal no Brasil*. São Paulo: Hucitec, 2005.

_____. *Mídia e poder: elementos conceituais e empíricos para o desenvolvimento da democracia brasileira*. 1509 – Texto para discussão do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), Brasília, set. 2010.

FRANCISCO, Robson Leal. *1964 – O espectro que não veio: anticomunismo e ideologia nos editoriais dos jornais O Globo e O Estado de S. Paulo durante o governo João Goulart*. Dissertação (Mestrado em História do Brasil), Universidade Salgado de Oliveira, Niterói, 2014.

GOLDSTEIN, Ariel A. *Prensa tradicional y liderazgos populares en Brasil: una comparación entre el segundo gobierno de Getúlio Vargas y el primer gobierno de Lula da Silva*. Tesis (Doctorado en Ciencias Sociales), Universidad de Buenos Aires, Buenos Aires, 2015.

HARVEY, David. *O neoliberalismo: história e implicações*. Trad. Adail Sobral e Maria Stela Gonçalves. São Paulo: Loyola, 2008.

HINKELAMMERT, Franz J. Democracia y nueva derecha en América Latina. *Nueva Sociedad*, Buenos Aires, n. 98, p. 104-115, nov.-dez. 1988.

MAINWARING, Scott; MENEGUELLO, Rachel; POWER, Timothy. *Partidos conservadores no Brasil contemporâneo: quais são, o que defendem, quais são suas bases*. Trad. Valeria Carvalho Power. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

MONTALVÃO, Sérgio; LEAL, Carlos Eduardo. Verbete: O Globo. In: ABREU, Alzira Alves *et al.* *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro (1930-1995)*. 2. ed. Rio de Janeiro: CPDOC-FGV, 2001.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. A ditadura nas representações verbais e visuais da grande imprensa: 1964-1969. *Topoi*, Niterói, v. 14, n. 26, p. 62-85, jan.-jul. 2013.

ROCHA, Camila. Direitas em rede: *think tanks* de direita na América Latina. In: VELASCO E CRUZ, Sebastião; KAYSEL, André; CODAS, Gustavo (orgs.). *Direita, volver!:* o retorno da direita e o ciclo político brasileiro. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2015. p. 261-278.

Fontes

Dados sobre a circulação dos jornais

ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS JORNAIS (ANJ). Disponível em: <<http://www.anj.org.br/maiores-jornais-do-brasil/>>. Acesso em: 12 ago. 2018.

Jornais – Documentos institucionais

Grupo Folha. Princípios editoriais. Disponível em: <<https://temas.folha.uol.com.br/projeto-editorial-da-folha/projeto-editorial-2017/introducao.shtml>>. Acesso em: 13 ago. 2018.

Grupo Globo. Princípios editoriais. Disponível em: <<http://g1.globo.com/principios-editoriais-do-grupo-globo.pdf>>. Acesso em: 13 ago. 2018.

Exemplares examinados

FOLHA DE S. PAULO. Estabilizar para competir. São Paulo, 10 set. 1994, p. 2.

FOLHA DE S. PAULO. Que país é este. São Paulo, 26 out. 1994, p. 2.

FOLHA DE S. PAULO. Sem utopia. São Paulo, 21 jun. 1994, p. 2.

FOLHA DE S. PAULO. Vai ajudar? São Paulo, 25 jun. 1994, p. 2.

FOLHA DE S. PAULO. Injustiça garantida. São Paulo, 1º mai. 1994, p. 2.

MARINHO, Roberto. Julgamento da Revolução. *O Globo*, Rio de Janeiro, 7 out. 1984, p. 1.

O GLOBO. Dentro do figurino. Rio de Janeiro, 26 ago. 1994, p. 6.

O GLOBO. Medo pertinente. Rio de Janeiro, 30 jan. 1994, p. 6.

O GLOBO. Precauções no caminho. Rio de Janeiro, 24 mai. 1994, p. 6.

O GLOBO, O que falta. Rio de Janeiro, 27 fev. 1994, p. 6.